



EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA 004/2026

OBJETO

Aquisição de equipamentos e insumos laboratoriais, destinados ao uso diário no laboratório da AMAE-CM, visando garantir a continuidade das análises técnicas e a eficiência operacional da Autarquia.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 12.352,00 (doze mil, trezentos e cinquenta e dois reais).

DATA DA SESSÃO

17/06/2026

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das 09h até 15h

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM





PREFEITURA DE

**Cachoeiras
de Macacu**

SEGOV
Secretaria Municipal de
Governo e Casa Civil
Departamento de Compras Governamentais

AMAE-CM FLS: _____
PROCESSO Nº 5770 /_2025

rubrica matricula

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 004/2026

(Processo Administrativo n. 5770/2025)

Torna-se público que o(a) **AUTARQUIA MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CACHOEIRAS DE MACACU/RJ**, por meio do (a) pregoeiro (a), designado (a) pela Portaria nº 0003, de 06 de janeiro de 2026, nos termos das disposições contidas na Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM** na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, e demais normas aplicáveis.

Conforme o parágrafo 3º do artigo 75 da Lei 14.133/2021, a Administração poderá obter propostas adicionais de eventuais interessados, inclusive das empresas que já apresentaram orçamentos, com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa.

Desta forma, as empresas interessadas deverão apresentar propostas comerciais, segundo a data limite apresentada a seguir:

DATA DA SESSÃO: 17/06/2026

DATA DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS: ATÉ 17/06/2026, ÀS 08H59MIN

HORÁRIO DA FASE DE LANCES: 09:00 ÀS 15:00

LINK: www.licitanet.com.br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 1.1 Aquisição de equipamentos e insumos laboratoriais, destinados ao uso diário no laboratório da AMAE-CM, visando garantir a continuidade das análises técnicas e a eficiência operacional da Autarquia.



PREFEITURA DE

**Cachoeiras
de Macacu****SEGOV**
Secretaria Municipal de
Governo e Casa Civil
Departamento de Compras GovernamentaisAMAE-CM FLS: _____
PROCESSO Nº 5770 /_2025

rubrica matricula

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANT	UNID
1	Camara escura em gabinete com pintura eletrostatica contendo 1 (uma) lampada de 254NM e 1(uma) Lampada 365NM Bivolt -Câmara Externa: Construído em aço 1020 com pintura eletrostática anticorrosiva na cor AZUL; -Lâmpadas: 1 lâmpada germicida 254nm e 1 lâmpada UV 365nm; -Visor: Flexível com proteção; -Comprimento Onda: 254nm / 365nm; -Potência da Lâmpada: 8 watts; * Potencia do Equipamento: 15 watts; -Alimentação: 110/220V (Com Chave Seletora); -Dimensões externa: 330 x 270 x 180 mm; -Dimensões interna: 327 x 267 x 170 mm; - Peso: 5 kg;	1	Unid
2	caixa com 200 unidades. Método cromogênico/fluorogênico para detecção e quantificação de coliformes totais e Escherichia coli em amostras de água. Reagente pronto para uso, validade conforme lote do fabricante, acondicionado em embalagem original lacrada.	1	CAIXA
3	Frasco para amostra esterilizado, capacidade 120 mL, contendo tiosulfato de sódio como neutralizante de cloro. Embalagem (caixa) com 200 unidades. Indicado para coleta de amostras de água para análises microbiológicas. Frascos de uso único, tampa rosqueada, lacrados e autoclaváveis.	2	CAIXA
4	Solução padrão de turbidez,, valor nominal 200 NTU. Fornecida em frasco lacrado, certificada para calibração e verificação de turbidímetros. Produto com rastreabilidade metrológica.	1	Unid.
5	Solução padrão de turbidez, valor nominal 20 NTU. Fornecida em frasco hermético, utilizada em calibração de equipamentos de turbidez. Produto certificado, rastreável e pronto para uso.	1	Unid.
6	Solução padrão de turbidez, valor nominal 0 NTU (água de calibração). Fornecida em frasco selado, utilizada para calibração em zero de turbidímetros. Produto certificado, com rastreabilidade metrológica.	1	Unid.
7	Solução para calibração de turbidez, valor nominal 0 NTU. Fornecida em frasco selado, utilizada para ajuste e	2	Unid.



	calibração do turbidímetro TU430.		
8	Solução para calibração de turbidez , valor nominal 800 NTU. Fornecida em frasco lacrado, indicada para calibração de ponto alto no turbidímetro TU430. Produto certificado e rastreável.	1	Unid.
9	Reagente líquido para determinação de cloro livre, capacidade para aproximadamente 300 testes. Produto fornecido em frasco hermético, pronto para uso, validade conforme especificação do fabricante.	1	Unid.
10	Kit padrões de verificação Conjunto fornecido pelo fabricante, utilizado para controle de qualidade e verificação periódica da calibração. Produto original, embalado e certificado.	1	Unid.
11	Cubeta de vidro/quartzo de 10 mL para turbidímetro versão 2. Acessório oficial, fornecido pelo fabricante, com alta transparência e precisão óptica, indicada para leituras de turbidez em baixa e alta faixa.	1	Unid.
12	Medidor de cloro livre e total, modelo Cloro Tester. Equipamento portátil, de leitura direta, com display digital, alimentado por bateria. Fornecido com manual, estojo de transporte e reagentes de calibração.	1	Unid.
13	Kit padrões de verificação para cloro, modelo pH Max, referência. Fornecido pelo fabricante para testes de precisão e ajuste de equipamentos de medição de cloro e pH. Produto certificado e rastreável.	1	Unid.
14	Solução de calibração para turbidímetro, valor nominal 20 NTU. Produto lacrado, pronto para uso, indicado para calibração de faixa intermediária do equipamento.	1	unid
15	Conjunto de soluções tampão para calibração de pH, contendo padrões pH 4, pH 7 e solução de KCl. Fornecido em frascos separados, prontos para uso, certificados e rastreáveis, utilizados em aferição e calibração de pHmetros.	2	unid
16	Turbidímetro digital, Turbidez Max. Equipamento portátil, com display digital, faixa de medição ampla, precisão certificada. Alimentação por bateria ou adaptador, fornecido com manual e estojo de transporte.	1	unid
17	Medidor de cor portátil. Equipamento digital para determinação de cor em amostras de água. Portátil, com display digital, bateria recarregável, acompanha kit de calibração e manual técnico.	1	Unid



18	Maçarico portátil a gás automático. Equipamento leve e compacto, utilizado para geração de chama em alta temperatura, adequado para pequenas soldagens, aquecimento localizado e aplicações laboratoriais. Possui acendimento automático por sistema piezoelétrico, regulagem de intensidade da chama e dispositivo de segurança contra vazamentos. Alimentação por cartucho de gás butano (não incluso). Corpo fabricado em material metálico resistente, com empunhadura ergonômica e sistema de trava para uso contínuo. Temperatura aproximada da chama de até 1.300 °C, com consumo médio de gás de 80 a 100 g/h.	2	Unid
----	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---	------

1.3 - O critério de julgamento adotado será o *menor preço por item*, observadas as exigências contidas neste Edital de Dispensa Eletrônica e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1 - A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Licitanet - sítio <https://www.licitanet.com.br>.

2.2 - O procedimento será divulgado no [Licitanet.com.br](https://www.licitanet.com.br) e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

2.3 - O Licitanet.com.br poderá ser acessado pela web.

2.4 - O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.5 - Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

- a) que não atendam às condições deste Edital de Dispensa Eletrônica e seu(s) anexo(s);
- b) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c) e que se enquadrem nas seguintes vedações:
 - c1) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - c2) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c3) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

e) O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

f) organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e sociedades cooperativas.

g) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1 - O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2 - O fornecedor interessado, após a divulgação do Edital, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.

3.4 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.5 - A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.6 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.7 - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.8 - Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.9 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer na quantidade e qualidade adequada à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.9 - No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- a) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital de Dispensa Eletrônica e seus anexos;
- c) que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
- d) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- e) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
- f) O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- g) O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- h) Para os itens deste edital referentes à **dispensa de valor**, cujo montante seja inferior ou igual a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a participação será exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006;

3.10 - Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.11 - Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.12 - Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Edital de Dispensa Eletrônica;

3.13 - O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.14 - O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Edital.

4. FASE DE LANCES

4.1 - A partir da data e horário estabelecidos neste Edital de Dispensa Eletrônica; a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste instrumento.

4.2 - Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.3 - O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.4 - O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.5 - O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Edital de Dispensa Eletrônica;

4.6 - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 5,00 (cinco reais)**.

4.7 - Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.8 - Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.9 - Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.10 - Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.11 - O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5 - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1 - Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2 - No caso do preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo definido para a aquisição, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.3 - Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estipulado pela Administração.

5.4 - A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a aquisição.

5.5 - Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de aquisição.

Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a aquisição, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários.

5.6 - O prazo de validade das propostas será de 90 (noventa) dias a contar da apresentação da proposta final (planilha readequada).

5.7 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste edital ou em seus anexos;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.
- f) Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
 - f.1) for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;
 - f.2) apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes;
 - f.3) Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta;



- f.4) Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço;
- f.5) O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- f.6) Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime;
- f.7) Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do equipamento ou da área especializada no objeto;
- f.8) Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;
- f.9) Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade;
- f.10) Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Edital de Dispensa Eletrônica.

6 - DO PRAZO E DA FORMA DE PAGAMENTO:

6.1 - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada;

6.2 - O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa;

6.3 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.4 - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do órgão contratante;
- d) O valor a pagar; e
- e) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis

6.5 - Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

6.6 - A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado a apresentação e comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da AMAE de Cachoeiras de Macacu/RJ, sendo atendida pela seguinte dotação:

ÓRGÃO	UNIDADE	RÚBRICA	FONTE	ORIGEM DA FONTE
30	30.33	3.3.90.30.00.00.00.00	1.759.0000	Recursos Vinculados a fundos
30	30.33	3.3.90.30.00.00.00.00	2.759.0000	Recursos Vinculados a fundos

8 – HABILITAÇÃO:

8.1 - Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste Edital e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

8.2 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.3 - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.4 - Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.5 - Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.6 - O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

8.7 - Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

8.8 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

8.9 - Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital de Dispensa Eletrônica.

8.10 - Na hipótese do fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

8.11 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

9 – **CONTRATAÇÃO:**

9.1 - Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

9.2 - O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital de Dispensa Eletrônica;

9.3 - O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

- a) A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital de Dispensa Eletrônica e seus anexos;
- c) a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei;

9.4 - Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência.

10 - **INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

10.1 - Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- a) dar causa à inexecução parcial da aquisição;
- b) dar causa à inexecução parcial da aquisição que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total da aquisição;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a aquisição, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da entrega do objeto da dispensa sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica;
- i) fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento;



- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- n) O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

n.1) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Edital de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

n.2) Multa de 10% sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações das alíneas acima;

n.3) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos das alíneas dispostas neste Edital de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

n.4) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos das alíneas acima, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

10.2 - A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

10.3 - Todas as sanções previstas neste Edital de Dispensa Eletrônica; poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

10.4 - Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

10.5 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

10.6 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.8 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.9 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.10 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

10.11 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade

no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

10.12 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.13 - As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Edital de Dispensa Eletrônica.

11 - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

11.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4 - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo contratado.

11.5 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6 - O contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.7 - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

12 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1 - No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

- a) republicar o presente aviso com uma nova data;
- b) valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
- c) No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
- d) fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.



- e) As providências dos subitens “a” e “b” também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- f) Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Edital de Dispensa Eletrônica, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- g) Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- h) Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- i) Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- j) No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- k) As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- l) Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- m) Em caso de divergência entre disposições deste Edital de Dispensa de Licitação e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste instrumento e em caso de ausência de exigências não transcritas neste documento, as mesmas deverão ser atendidas o que dispõe no
- n) Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- o) Integram este Edital de Dispensa Eletrônica, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;

ANEXO II – Termo de Referência;

ANEXO III - Preços máximos propostos pela Administração.

ANEXO IV - Minuta do Contrato.

Cachoeiras de Macacu, 08/06/2026

Fábio Marinelli Pontes
Presidente da AMAE – CM





ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são aquelas discriminadas nos itens a seguir:

1.1 Habilitação jurídica

- 1.1.1 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.1.2 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de **Microempreendedor** Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 1.1.3 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.1.4 **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 1.1.5 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.1.6 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 1.1.7 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

1.2 Habilitações fiscal, social e trabalhista:

- 1.2.1 Cópia dos documentos pessoais do representante legal da empresa e/ou do responsável pela assinatura do instrumento contratual, neste último caso, acompanhado de instrumento de mandato público ou particular, com poderes específicos para tal ato;
- 1.2.2 prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 1.2.3 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita



Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

- 1.2.4 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 1.2.5 declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 1.2.6 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 1.2.7 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal/distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - 1.2.7.1 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 1.2.8 prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
 - 1.2.8.1 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.
- 1.2.9 Prova de constituição social, podendo ser:
 - 1.2.9.1 Registro comercial, no caso de empresa individual;
 - 1.2.9.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em caso se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
 - 1.2.9.3 Em caso de sociedade civil, o respectivo ato constitutivo, registrado no cartório competente, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
 - 1.2.9.4 Decreto autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5770/2025

ÓRGÃO REQUISITANTE: AMAE

1. DO OBJETO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso I)

1.1 – A presente contratação tem por objeto a **aquisição de equipamentos e insumos laboratoriais**, conforme especificações detalhadas neste Termo de Referência, destinados ao uso diário no laboratório da AMAE-CM, visando garantir a continuidade das análises técnicas e a eficiência operacional da Autarquia.

1.2 – Especificação do Objeto:

1.2.1 – Os equipamentos e insumos deverão ser **novos, de primeira linha, devidamente padronizados** e atender às normas técnicas aplicáveis, assegurando qualidade, precisão e durabilidade.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANT	UNID
1	Câmara escura em gabinete com pintura eletrostática contendo 1 (uma) lampada de 254NM e 1(uma) Lâmpada 365NM Bilvot -Câmara Externa: Construído em aço 1020 com pintura eletrostática anticorrosiva na cor AZUL; -Lâmpadas: 1 lâmpada germicida 254nm e 1 lâmpada UV 365nm; -Visor: Flexível com proteção; -Comprimento Onda: 254nm / 365nm; -Potência da Lâmpada: 8 watts; * Potencia do Equipamento: 15 watts; -Alimentação: 110/220V (Com Chave Seletora); -Dimensões externa: 330 x 270 x 180 mm; -Dimensões interna: 327 x 267 x 170 mm; - Peso: 5 kg;	1	Unid
2	Caixa com 200 unidades. Método cromogênico/fluorogênico para detecção e quantificação de coliformes totais e Escherichia coli em amostras de água. Reagente pronto para uso, validade conforme lote do fabricante, acondicionado em embalagem original lacrada.	1	CAIXA
3	Frasco para amostra esterilizado, capacidade 120 mL,	2	CAIXA



	contendo tiossulfato de sódio como neutralizante de cloro. Embalagem (caixa) com 200 unidades. Indicado para coleta de amostras de água para análises microbiológicas. Frascos de uso único, tampa rosqueada, lacrados e autoclaváveis.		A
4	Solução padrão de turbidez,, valor nominal 200 NTU. Fornecida em frasco lacrado, certificada para calibração e verificação de turbidímetros. Produto com rastreabilidade metrológica.	1	Unid.
5	Solução padrão de turbidez, valor nominal 20 NTU. Fornecida em frasco hermético, utilizada em calibração de equipamentos de turbidez. Produto certificado, rastreável e pronto para uso.	1	Unid.
6	Solução padrão de turbidez, valor nominal 0 NTU (água de calibração). Fornecida em frasco selado, utilizada para calibração em zero de turbidímetros. Produto certificado, com rastreabilidade metrológica.	1	Unid.
7	Solução para calibração de turbidez, valor nominal 0 NTU. Fornecida em frasco selado, utilizada para ajuste e calibração do turbidímetro TU430.	2	Unid.
8	Solução para calibração de turbidez , valor nominal 800 NTU. Fornecida em frasco lacrado, indicada para calibração de ponto alto no turbidímetro TU430. Produto certificado e rastreável.	1	Unid.
9	Reagente líquido para determinação de cloro livre, capacidade para aproximadamente 300 testes. Produto fornecido em frasco hermético, pronto para uso, validade conforme especificação do fabricante.	1	Unid.
10	Kit padrões de verificação Conjunto fornecido pelo fabricante, utilizado para controle de qualidade e verificação periódica da calibração. Produto original, embalado e certificado.	1	Unid.
11	Cubeta de vidro/quartzo de 10 mL para turbidímetro versão 2. Acessório oficial, fornecido pelo fabricante, com alta transparência e precisão óptica, indicada para leituras de turbidez em baixa e alta faixa.	1	Unid.
12	Medidor de cloro livre e total, modelo Cloro Tester. Equipamento portátil, de leitura direta, com display digital, alimentado por bateria. Fornecido com manual, estojo de transporte e reagentes de calibração.	1	Unid.
13	Kit padrões de verificação para cloro, modelo pH Max, referência. Fornecido pelo fabricante para testes de precisão e ajuste de equipamentos de medição de cloro e	1	Unid.



	pH. Produto certificado e rastreável.		
14	Solução de calibração para turbidímetro, valor nominal 20 NTU. Produto lacrado, pronto para uso, indicado para calibração de faixa intermediária do equipamento.	1	unid
15	Conjunto de soluções tampão para calibração de pH, contendo padrões pH 4, pH 7 e solução de KCl. Fornecido em frascos separados, prontos para uso, certificados e rastreáveis, utilizados em aferição e calibração de pHmetros.	2	unid
16	Turbidímetro digital, Turbidez Max. Equipamento portátil, com display digital, faixa de medição ampla, precisão certificada. Alimentação por bateria ou adaptador, fornecido com manual e estojo de transporte.	1	unid
17	Medidor de cor portátil. Equipamento digital para determinação de cor em amostras de água. Portátil, com display digital, bateria recarregável, acompanha kit de calibração e manual técnico.	1	Unid
18	Maçarico portátil a gás automático. Equipamento leve e compacto, utilizado para geração de chama em alta temperatura, adequado para pequenas soldagens, aquecimento localizado e aplicações laboratoriais. Possui acendimento automático por sistema piezoelétrico, regulagem de intensidade da chama e dispositivo de segurança contra vazamentos. Alimentação por cartucho de gás butano (não incluso). Corpo fabricado em material metálico resistente, com empunhadura ergonômica e sistema de trava para uso contínuo. Temperatura aproximada da chama de até 1.300 °C, com consumo médio de gás de 80 a 100 g/h.	2	Unid

1.3 – Requisitos de Contratação:

1.3.1. Os materiais deverão atender às condições de qualidade e segurança compatíveis com atividades laboratoriais, assegurando confiabilidade nos resultados e proteção dos usuários;

1.3.2. O fornecedor deverá assegurar **garantia mínima de 12 (doze) meses** contra defeitos de fabricação, funcionamento e desempenho;

1.3.3. Deverá ser assegurado suporte técnico durante o período de garantia, com canal de atendimento ativo para eventuais trocas ou reparos;

1.3.4. Sempre que possível, o fornecedor deverá adotar práticas de sustentabilidade, incluindo **logística reversa** para itens de descarte controlado, em conformidade com a legislação ambiental.

2. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO: (Lei nº 14.133/2021 – Art. 6º, XIII; Decreto Municipal nº 5.045/2024 – Art. 14, II)

2.1 – De acordo com o art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, o objeto desta contratação trata-se de **bens de uso comum**, uma vez que seu padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido por meio de especificações usuais de mercado.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso II)

3.1 – A aquisição de equipamentos e insumos laboratoriais é essencial para garantir o pleno funcionamento do laboratório da AMAE-CM, assegurando condições técnicas adequadas para a realização de análises de rotina, bem como a confiabilidade dos resultados produzidos.

3.2 – O uso diário e contínuo desses materiais provoca desgaste natural e necessidade de reposição periódica, sendo imprescindível a contratação para evitar a interrupção das atividades laboratoriais e assegurar a continuidade dos serviços de interesse público prestados pela Autarquia.

3.3 – Ressalta-se que a insuficiência ou indisponibilidade de insumos e equipamentos laboratoriais pode acarretar:

- Paralisação parcial ou total das análises;
- Comprometimento da qualidade e confiabilidade dos resultados;
- Risco de atrasos em serviços essenciais à população;
- Prejuízos à eficiência operacional e administrativa da AMAE.

3.4 – Dessa forma, a contratação ora proposta encontra-se alinhada ao **princípio da continuidade do serviço público**, além de observar os princípios da **eficiência, economicidade e interesse público**, previstos na Lei nº 14.133/2021.

4. DAS JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso IV)

4.1 - As licitações de compras e serviços, em regra, deverão ser divididas em tantas parcelas quanto se comprove ser técnica e economicamente viáveis, procedendo a licitação com objetivo de melhor aproveitamento dos recursos, ampliando a competitividade, uma vez que propicia a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto possam fazê-lo com relação a itens, e sem perda de economia. Dessa forma, esta contratação deverá ser licitada por itens.

5. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso V)

5.1 - Não é admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso VI)

6.1 – A solução proposta contempla todas as etapas do ciclo de vida do objeto, desde a aquisição até o descarte final, incluindo os seguintes aspectos:

6.1.1 Aquisição e Entrega

6.1.1.1 – Os equipamentos e insumos laboratoriais deverão ser adquiridos **novos, de primeira linha**, com prazo de validade vigente (quando aplicável) e em conformidade com normas regulamentadoras e técnicas específicas do setor.

6.1.1.2 – Os itens deverão ser entregues no endereço indicado pela AMAE-CM, no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos** após a assinatura do contrato, salvo prorrogação justificada e autorizada pela Administração.

6.1.1.3 – Todos os itens entregues deverão estar devidamente acondicionados e embalados de forma a preservar sua integridade, considerando as condições de armazenamento em ambiente laboratorial.

6.1.2 Especificações Técnicas

6.1.2.1 – Os produtos deverão atender a padrões de **qualidade, segurança e precisão**, adequados às atividades laboratoriais da Autarquia.

6.1.3 Utilização e Adequação

6.1.3.1 – Quando aplicável, o fornecedor deverá disponibilizar **manuals de uso, certificados de conformidade e fichas técnicas** dos materiais entregues.

6.1.4 Garantia, Manutenção e Reposição

6.1.4.1 – O fornecedor deverá assegurar **garantia mínima de 12 (doze) meses** contra defeitos de fabricação, funcionamento ou desempenho dos equipamentos.

6.1.4.2 – Durante o prazo de garantia, a contratada ficará obrigada a realizar, às suas expensas, reparo, troca ou reposição imediata de itens defeituosos.

6.1.4.3 – Para insumos com prazo de validade, será vedado o fornecimento de produtos com validade inferior a **12 (doze) meses** da data de entrega.

6.1.5 Descarte e Sustentabilidade

6.1.5.1 – O ciclo de vida dos materiais se encerra com o descarte, que deverá observar as **boas práticas ambientais e sanitárias**.

6.1.5.2 – Sempre que possível, o fornecedor deverá viabilizar a **logística reversa** dos itens de descarte controlado (vidrarias quebradas, reagentes químicos vencidos, embalagens contaminadas), conforme legislação ambiental vigente.

6.1.6 Rastreabilidade e Controle

6.1.6.1 – Todos os itens entregues deverão ser acompanhados de **nota fiscal e relatório técnico**, contendo: nome do produto, fabricante, lote, data de fabricação e validade (quando aplicável), garantindo rastreabilidade e controle de qualidade.

7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso VII)

7.1 – O fornecimento dos equipamentos e insumos laboratoriais deverá ser realizado em conformidade com a programação estabelecida pela equipe responsável pela gestão e fiscalização do contrato.

7.2 – **Entrega dos materiais:**

7.2.1 – Os itens deverão ser entregues em sua totalidade na sede da AMAE-CM, no endereço Rua Santo Antônio nº 49 bairro Santo Antônio, devidamente embalados e acondicionados, de forma a garantir sua integridade e validade até a utilização.

7.2.2 – O prazo para entrega será de até **30 (trinta) dias corridos** contados da assinatura do contrato.

7.2.3 – A entrega será realizada integralmente, em lote único, abrangendo todos os itens adjudicados ao fornecedor, não sendo admitido o fracionamento do fornecimento.

7.3 – Recebimento provisório e definitivo:

7.3.1 – O recebimento provisório dos materiais ocorrerá em até **5 (cinco) dias úteis** após a entrega, mediante conferência física, documental e técnica pelos fiscais designados.

7.3.2 – O recebimento definitivo dar-se-á em até **5 (cinco) dias úteis** após o recebimento provisório, condicionado à verificação da conformidade dos materiais com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta vencedora.

7.3.3 – Caso sejam identificados vícios, defeitos ou desconformidades nos produtos, a contratada será notificada para providenciar a substituição ou correção no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

7.4 – Rejeição dos materiais:

7.4.1 – Os materiais poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, quando não atenderem às condições estabelecidas neste Termo de Referência ou apresentarem prazo de validade reduzido, danos físicos ou embalagem inadequada.

7.4.2 – A rejeição implicará a obrigação da contratada de efetuar a substituição imediata, sem custos adicionais para a Administração.

7.5 – Responsabilidade do fornecedor:

7.5.1 – A contratada será responsável pela integridade, qualidade e adequação técnica dos equipamentos e insumos entregues, respondendo por eventuais vícios ocultos, falhas ou irregularidades verificadas durante a execução contratual.

7.5.2 – Durante todo o período de garantia, caberá à contratada providenciar reparo, troca ou reposição dos itens defeituosos, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

8. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso VIII)

8.1 – Os equipamentos laboratoriais deverão possuir garantia mínima conforme a exigência do fabricante, nos termos do art. 92, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, devendo essa informação constar expressamente do contrato e dos documentos de aquisição.

8.2 – Todos os insumos laboratoriais deverão possuir prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses a contar da data de entrega, salvo quando, pela natureza do produto, esse prazo for tecnicamente inferior. Nesses casos, deverá constar justificativa técnica e anuência da Administração.

8.3 – Durante o período de garantia, a contratada ficará obrigada a realizar, às suas expensas, a substituição imediata de itens defeituosos, vencidos ou que apresentem desconformidade técnica, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

8.4 – Caso haja necessidade de manutenção corretiva ou substituição de equipamentos dentro do prazo de garantia, a contratada deverá providenciar a solução em até **10 (dez) dias corridos** após notificação da AMAE, sob pena de aplicação das sanções previstas nos arts. 156 a 162 da Lei nº 14.133/2021.

8.5 – O prazo de garantia não se confunde com a garantia contratual prevista nos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021, a qual poderá ser dispensada pela Administração, em observância ao princípio da economicidade e à natureza do objeto.

8.6 – A contratada deverá assegurar **suporte técnico adequado** para esclarecimentos, orientações e acionamento da garantia, por meio de canais de atendimento (telefone, e-mail, site ou posto autorizado).

9. DO VALOR MÁXIMO ESTIMADO UNITÁRIO E GLOBAL DA CONTRATAÇÃO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso IX)

9.1 – O valor máximo estimado desta contratação será definido a partir de **cotação mercadológica**, devidamente registrada em **quadro comparativo de preços**, elaborado pela equipe de pesquisa, conforme determina o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

9.2 – O resultado da pesquisa de preços será juntado aos autos em documento próprio, contendo os valores unitários e globais obtidos junto a fornecedores do ramo, devidamente assinado pelos responsáveis.

9.3 – O **valor estimado da contratação** corresponderá à **mediana** dos preços apurados, servindo como limite máximo aceitável para a celebração do contrato, em observância ao princípio da economicidade e à busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

10. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XI)

10.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da AMAE de Cachoeiras de Macacu/RJ, sendo atendida pela seguinte dotação:

ÓRGÃO	UNIDADE	RÚBRICA	FONTE	ORIGEM DA FONTE
30	30.33	3.3.90.30.00.00.00.00	1.759.0000	Recursos Vinculados a fundos
30	30.33	3.3.90.30.00.00.00.00	2.759.0000	Recursos Vinculados a fundos

10.2 Para esta atividade verificou-se, inclusive, a inovação legislativa advinda do preceito do art. 66 da Lei 14.133/21, segundo o qual os documentos alusivos à habilitação jurídica, limitando-se “a comprovação de existência jurídica da pessoa”

“Art. 66 – a habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele

limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa, e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.”

10.2.1 – As atividades desempenhadas pelas empresas licitantes, entretanto, devem guardar uma relação de **pertinência** com o objeto da licitação, sem que isso signifique, necessariamente, uma correspondência literal entre o objeto social e o objeto descrito no edital.

10.2.2 – Não será admitido a participação de empresas atuantes em ramos **completamente impertinentes**, ou cuja natureza jurídica seja **incompatível** com a prestação dos serviços ou fornecimento de bens previstos neste T.R.

11. DA RESERVA DE COTA OU EXCLUSIVIDADE (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XII)

11.1 – Em razão do previsto no Artigo 4º da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Complementar nº 123/2006 em seu art. 47, que dispõe do tratamento diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, esse procedimento deverá ser realizado exclusivamente para estas empresas, conforme prevê o art. 48 da mesma Lei. Observando os casos de exceções no art. 49 do mesmo ordenamento.

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no Art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I – Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresa e empresa de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais):

11.2 - Informamos que devemos aplicar nesta contratação a Lei Complementar nº 147/2014, que criou o tratamento e favorecido às MEI's, ME's e EPP's, aplicando-se os benefícios preferencialmente em âmbito regional para a promoção do desenvolvimento econômico e social regional, conforme previsão legal do Artigo 47, com a devida comprovação de no mínimo 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como Microempreendedor Individual, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sediados localmente em fase interna. Sendo assim em epígrafe será **EXCLUSIVO PARA MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS NO ÂMBITO LOCAL OU REGIONAL**, conforme disposto no Artigo 23, Inciso I da Lei Municipal nº 1.795 de 11 de dezembro de 2009.

“Art. 23 – Nas contratações de bens e serviços pela Administração Pública Municipal deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para os empreendedores individuais, as microempresas e as empresas de pequeno porte objetivando:

I – a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional;”

12. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA: **(Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XIII)**

12.1 – A Lei nº 14.133/21, em seu art. 75, inciso II, estabelece ser dispensa de licitação para a contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras (Vide Decreto nº 12.343, de 2024) Em Vigência;

Dessa forma, a contratação do objeto será realizada.

“ Atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 75, caput, inciso II

R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos)”

12.2 – Critério e Julgamento:

12.2.1 – Considerando a necessidade de aquisição para atendimento às demandas da administração pública, optou-se pelo critério de julgamento por item, tendo em vista que essa forma de contratação se revela mais vantajosa para a Administração, conforme fundamentado a seguir.

12.2.2 - Portanto, a contratação por item garante melhor planejamento logístico, melhor gestão contratual e atendimento mais célere às necessidades administrativas, sendo, assim, a forma que melhor atende ao interesse público e aos princípios da eficiência, economicidade e razoabilidade, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

13. DAS PROPOSTAS:

13.1 – Prazo de validade: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XIV)

13.1.1 - As propostas apresentadas deverão ser válidas por, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

13.2 – Condições da Proposta

13.2.1 - As empresas interessadas deverão encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, devendo conter a descrição do objeto ofertado e preço ofertado, com as características mínimas e quantidades estipuladas neste Termo de Referência.

13.2.2 - No campo destinado à descrição detalhada do objeto ofertado, a empresa deverá informar os dados complementares e singulares que o caracterizam, quando for o caso, não se admitindo a mera cópia do descritivo indicado no termo de referência, ficando a licitante sujeita a desclassificação.

13.2.3 - Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Termo de Referência.

13.3 – Exigência de Amostra, prova conformidade ou Prova de Conceito

13.3.1 – Não se aplica a este objeto.

14. DOS REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XVI)

14.1 – Considerando que o objeto desta contratação trata-se de **fornecimento de bens comuns**, e que a modalidade adotada é a **dispensa de licitação por valor**, não será exigido atestado de capacidade técnica das empresas participantes.

14.2 – Para fins de habilitação, será exigida apenas a documentação mínima prevista na Lei nº 14.133/2021 quanto à **regularidade jurídica, fiscal e trabalhista**, garantindo a capacidade da empresa em assumir obrigações contratuais.

15. DOS REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XVI)

15.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), conforme o caso, expedido pela Secretaria da Receita Federal;

15.2 - Cópia dos documentos pessoais do representante legal da empresa e/ou do responsável pela assinatura do instrumento contratual, neste último caso, acompanhado de instrumento de mandato público ou particular, com poderes específicos para tal ato;

15.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

15.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de certidão emitida pelo órgão competente do estado;

15.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, abrangendo inclusive as Contribuições Sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do Parágrafo único do art. 11 da Lei 8.212/91;

15.6 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

15.7 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CNDT.

16. DO CONTRATO:

16.1 – Prazo e Prorrogação (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XVII)

16.1.1 – O contrato deverá ter prazo iniciado após a homologação do processo e com duração de até 12 (doze) meses.

16.1.2 – A prorrogação não se aplica a esta contratação.

16.2 – Prazo para Assinatura (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XVIII)

16.2.1 – O contrato a ser firmado com a licitante vencedora incluirá as condições estabelecidas em instrumento convocatório e seus anexos, necessárias à fiel execução do objeto desta licitação.

16.2.2. Homologado o resultado do processo, o fornecedor será convocado para assinar o contrato, conforme preconiza o art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, na sede do AMAE.

16.2.3. A recusa em assinar o contrato, no prazo estabelecido no item anterior, caracterizará o descumprimento integral da obrigação assumida, sujeitando-se às sanções previstas neste edital, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2.4. Na hipótese acima, à licitante decairá do direito à contratação, reservando-se o Promitente Comprador o direito de convocar a segunda classificada, e assim sucessivamente, para negociações, observado o disposto no Art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.3 – Requisitos da Contratação (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XIX)

16.3.1 – Os requisitos da Contratação foram apresentados particularizado por item no item 1.2 deste Termo de Referência.

16.4 - Reajuste

16.4.1 – Não se aplica a esta contratação.

16.5 – Garantia Contratual

16.5.1 - Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

16.6.– Subcontratação

16.6.1 - Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

17. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DO CONTRATANTE: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XX)

17.1 – Receber os equipamentos e insumos laboratoriais no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

17.2 – Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos materiais entregues com as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência e da proposta aceita, realizando o recebimento provisório e definitivo, conforme legislação aplicável.

17.3 – Comunicar formalmente à contratada eventuais irregularidades, falhas ou defeitos constatados nos itens fornecidos, determinando sua substituição, reparo ou correção, sem ônus adicional para a Administração.

17.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por meio de servidores ou comissão designada, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

17.5 – Efetuar o pagamento devido à contratada no prazo e na forma estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato, respeitada a ordem cronológica de pagamentos da Administração.

17.6 – Rejeitar, total ou parcialmente, os itens entregues que não estejam em conformidade com as especificações estabelecidas, com prazo de validade insuficiente ou em desacordo com as condições contratuais.

18 – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXI)

18.1 – Efetuar a entrega dos equipamentos e insumos laboratoriais em perfeitas condições, dentro do prazo e no local estabelecidos pela Administração, devidamente acompanhados da respectiva nota fiscal contendo marca, fabricante, modelo, lote, data de fabricação e prazo de validade, quando aplicável.

18.2 – Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, conformidade técnica e segurança dos itens fornecidos, respondendo por eventuais vícios, defeitos ou danos decorrentes do uso inadequado do material entregue, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e da Lei nº 14.133/2021.

18.3 – Substituir, corrigir ou reparar, às suas expensas e dentro do prazo fixado pela Administração, os itens que apresentarem defeitos, falhas, validade vencida ou qualquer irregularidade constatada durante o período de garantia.

18.4 – Comunicar formalmente à AMAE, com antecedência mínima de **48 (quarenta e oito) horas**, quaisquer fatos que possam impedir o cumprimento do prazo ou das condições contratuais.

18.5 – Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

18.6 – Garantir que os produtos fornecidos estejam devidamente embalados e acondicionados, de forma a preservar sua integridade e validade até a utilização.

18.7 – Executar a entrega e demais obrigações contratuais com zelo, pontualidade, responsabilidade e observância rigorosa das normas técnicas e sanitárias aplicáveis ao fornecimento de insumos laboratoriais.

19 – PREVISÃO E PRESTAÇÃO DE GARANTIA CONTRATUAL: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXII)

19.1 - Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

20 – PREVISÃO DAS CONDIÇÕES PARA SUBCONTRATAÇÃO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXIII)

20 - Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

21 - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXIV)

21.1 – A gestão e fiscalização do contrato serão realizadas em conformidade com o art. 117, §1º da Lei nº 14.133 de 2021 e Decreto Municipal nº 5.022 de 2024.

21.2 – Cabe ao Gestor do contrato a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

21.3 – Cabe ao Fiscal Técnico o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela Administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;

21.4 – Cabe ao Fiscal Administrativo o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento;

21.5 – As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercido por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, de acordo com a complexidade da contratação, assegurada a distinção das atividades.

21.6 – A distinção das atividades de que trata o parágrafo 1º não poderá comprometer o desempenho das ações relacionadas à gestão do contrato.

21.7 – Os Gestores e Fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, na forma art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021 e do art. 29 do Decreto Municipal nº 5.022 de 2024, devendo a Administração instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

INDICAÇÕES:

FUNÇÃO	TITULAR	MATRÍCULA
GESTOR	Cristiano da Silva Pinheiro	244
FISCAL TÉCNICO	Vitor Tadeu Garcia Pinto	260
FISCAL TÉCNICO SUBSTITUTO	Gilceir de Andrade	044
FISCAL ADMINISTRATIVO	Ricardo Goulart Silva	028
FISCAL ADMINISTRATIVO SUBSTITUTO	Luciano da Silva Silvério	304

22. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXV)

22.1 - A aquisição será paga mediante a apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

22.2 - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da execução dos serviços.

22.3 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

22.4 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

22.5 - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração

durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

22.6 – Da Liquidação:

22.6.1 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

22.6.2 - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

22.6.3 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

22.7 Do Prazo de Pagamento

22.7.1 - O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco.) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

22.7.2 - No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

No caso

22.8 Da Forma de Pagamento

22.8.1 - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

22.8.2 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

22.8.3 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

22.8.4 - O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

23. DA SEGURANÇA DE DADOS:

23.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

23.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

23.2.1 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

23.3 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

23.4 - É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

23.5 - A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

23.6 - A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

23.8 - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

23.9 - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXVI)


24.1 - Em caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas na Lei 14.133/21 e demais normas pertinentes, assegurados, nos termos da lei, a ampla defesa e o contraditório.

24.2 - Conforme o disposto nos arts. 156 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, o contratado estará sujeito às seguintes sanções em caso de inadimplemento, descumprimento das obrigações contratuais ou irregularidades na execução do objeto:

- **Advertência;**
- **Multa**, nos percentuais e condições estabelecidos no contrato;
- **Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a administração**, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública**

24.3 - A aplicação das sanções observará o devido processo legal, garantindo ao contratado ampla defesa e contraditório, conforme previsto na legislação vigente.

Cachoeiras de Macacu, 08 de novembro de 2025.





PREFEITURA DE
**Cachoeiras
de Macacu**

SEGOV
Secretaria Municipal de
Governo e Casa Civil
Departamento de Compras Governamentais

AMAE-CM FLS: _____
PROCESSO Nº 5770 / _2025

rubrica matricula

Thailine dos Santos Prommerschenkel
Matrícula 334
Responsável pela elaboração do TR

Fábio Marinelli Pontes
Presidente da AMAE-CM
Portaria nº 0235/2025



ANEXO III – PREÇOS MÁXIMOS PROPOSTOS PELA ADMINISTRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANT	UNID	VI. Unt.	VI. Total
1	<p>Câmara escura em gabinete com pintura eletrostática contendo 1 (uma) lâmpada de 254NM e 1(uma) Lâmpada 365NM Bivolt</p> <p>-Câmara Externa: Construído em aço 1020 com pintura eletrostática anticorrosiva na cor AZUL; -Lâmpadas: 1 lâmpada germicida 254nm e 1 lâmpada UV 365nm; -Visor: Flexível com proteção; -Comprimento Onda: 254nm / 365nm; -Potência da Lâmpada: 8 watts; * Potencia do Equipamento: 15 watts; -Alimentação: 110/220V (Com Chave Seletora); -Dimensões externa: 330 x 270 x 180 mm; -Dimensões interna: 327 x 267 x 170 mm; - Peso: 5 kg;</p>	1	Unid	R\$ 1.650,00	R\$ 1.650,00
2	<p>caixa com 200 unidades. Método cromogênico/fluorogênico para detecção e quantificação de coliformes totais e Escherichia coli em amostras de água. Reagente pronto para uso, validade conforme lote do fabricante, acondicionado em embalagem original lacrada.</p>	1	cx.	R\$ 1.489,90	R\$ 1.489,90
3	<p>Frasco para amostra esterilizado, capacidade 120 mL, contendo tiosulfato de sódio como neutralizante de cloro. Embalagem (caixa) com 200 unidades. Indicado para coleta de amostras de água para análises microbiológicas. Frascos de uso único, tampa rosqueada, lacrados e autoclaváveis.</p>	2	cx.	R\$ 550,00	R\$ 1.100,00
4	<p>Solução padrão de turbidez,, valor nominal 200 NTU. Fornecida em frasco lacrado, certificada para calibração e verificação de turbidímetros. Produto com rastreabilidade metrológica.</p>	1	Unid.	R\$ 194,77	R\$ 194,77
5	<p>Solução padrão de turbidez, valor nominal 20 NTU. Fornecida em frasco hermético, utilizada em calibração de equipamentos de turbidez. Produto certificado, rastreável e pronto para uso.</p>	1	Unid.	R\$ 99,00	R\$ 99,00
6	<p>Solução padrão de turbidez, valor nominal 0 NTU (água de calibração). Fornecida em frasco selado, utilizada para calibração em zero de turbidímetros. Produto certificado,</p>	1	Unid.	R\$ 150,00	R\$ 150,00



	com rastreabilidade metrológica.				
7	Solução para calibração de turbidez, valor nominal 0 NTU. Fornecida em frasco selado, utilizada para ajuste e calibração do turbidímetro TU430.	2	Unid.	R\$ 73,70	R\$ 147,40
8	Solução para calibração de turbidez , valor nominal 800 NTU. Fornecida em frasco lacrado, indicada para calibração de ponto alto no turbidímetro TU430. Produto certificado e rastreável.	1	Unid.	R\$ 156,20	R\$ 156,20
9	Reagente líquido para determinação de cloro livre, capacidade para aproximadamente 300 testes. Produto fornecido em frasco hermético, pronto para uso, validade conforme especificação do fabricante.	1	Unid.	R\$ 165,00	R\$ 165,00
10	Kit padrões de verificação Conjunto fornecido pelo fabricante, utilizado para controle de qualidade e verificação periódica da calibração. Produto original, embalado e certificado.	1	Unid.	R\$ 160,88	R\$ 160,88
11	Cubeta de vidro/quartzo de 10 mL para turbidímetro versão 2. Acessório oficial, fornecido pelo fabricante, com alta transparência e precisão óptica, indicada para leituras de turbidez em baixa e alta faixa.	1	Unid.	R\$ 51,86	R\$ 51,86
12	Medidor de cloro livre e total, modelo Cloro Tester. Equipamento portátil, de leitura direta, com display digital, alimentado por bateria. Fornecido com manual, estojo de transporte e reagentes de calibração.	1	Unid.	R\$ 769,87	R\$ 769,87
13	Kit padrões de verificação para cloro, modelo pH Max, referência. Fornecido pelo fabricante para testes de precisão e ajuste de equipamentos de medição de cloro e pH. Produto certificado e rastreável.	1	Unid.	R\$ 264,00	R\$ 264,00
14	Solução de calibração para turbidímetro, valor nominal 20 NTU. Produto lacrado, pronto para uso, indicado para calibração de faixa intermediária do equipamento.	1	unid	R\$ 149,50	R\$ 149,50
15	Conjunto de soluções tampão para calibração de pH, contendo padrões pH 4, pH 7 e solução de KCl. Fornecido em frascos separados, prontos para uso, certificados e rastreáveis, utilizados em aferição e calibração de pHmetros.	2	unid	R\$ 183,72	R\$ 367,44
16	Turbidímetro digital, Turbidez Max. Equipamento portátil, com display digital, faixa de medição ampla, precisão certificada. Alimentação por bateria ou adaptador, fornecido com manual e estojo de transporte.	1	unid	R\$ 2.898,90	R\$ 2.898,90
17	Medidor de cor portátil. Equipamento digital para	1	Unid		



	determinação de cor em amostras de água. Portátil, com display digital, bateria recarregável, acompanha kit de calibração e manual técnico.			R\$ 2.310,00	R\$ 2.310,00
18	Maçarico portátil a gás automático. Equipamento leve e compacto, utilizado para geração de chama em alta temperatura, adequado para pequenas soldagens, aquecimento localizado e aplicações laboratoriais. Possui acendimento automático por sistema piezoelétrico, regulagem de intensidade da chama e dispositivo de segurança contra vazamentos. Alimentação por cartucho de gás butano (não incluso). Corpo fabricado em material metálico resistente, com empunhadura ergonômica e sistema de trava para uso contínuo. Temperatura aproximada da chama de até 1.300 °C, com consumo médio de gás de 80 a 100 g/h.	2	Unid	R\$ 113,64	R\$ 227,28
VALOR PREÇO TOTAL				R\$ 12.352,00	





ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N. XXX/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5770/2025
DISPENSA ELETRÔNICA N. XXXX/2026

**CONTRATO Nº XXXX/2026 QUE ENTRE SI
CELEBRAM A AUTARQUIA MUNICIPAL DE
ÁGUA E ESGOTO – AMAE/CM E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXX.**

A AUTARQUIA MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CACHOEIRAS DE MACACU – AMAE/CM, Entidade Autárquica de Direito Público, da Administração Indireta, inscrita no CNPJ sob o nº 07.754.024/0001-85, com sede à Rua Joaquim Antônio da Rosa Sobrinho, 19 - Centro - Cachoeiras de Macacu/RJ – RJ, neste ato representada pelo Presidente, Sr. FÁBIO MARINELLI PONTES, Casado, Empresário, portador da Carteira de Identidade nº 125357087 expedida pelo IFP/RJ e CPF nº 054.181.617-92, residente e domiciliado à Rodovia RJ 116, 39 – Parque Santa Luzia – Cachoeiras de Macacu/RJ, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **XXXXXXXXXXXX**, CNPJ nº XXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXX por meio de seu representante legal XXXXXXXXXXXX, portador do RG nº XXXXXXX e inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXXXXXX, na presença das testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente Contrato, oriundo do Processo licitação na modalidade Dispensa Eletrônica nº XXX/2026 e Processo Administrativo nº 5770/2025, com base na Lei nº 14.133/21, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste contrato consiste na objeto a **aquisição de equipamentos e insumos laboratoriais**, destinados ao uso diário no laboratório da AMAE-CM, visando garantir a continuidade das análises técnicas e a eficiência operacional da Autarquia considerando os pontos a seguir:





PREFEITURA DE

**Cachoeiras
de Macacu****SEGOV**
Secretaria Municipal de
Governo e Casa Civil
Departamento de Compras GovernamentaisAMAE-CM FLS: _____
PROCESSO Nº 5770 /_2025

rubrica matricula

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANT	UNID
1	Camara escura em gabinete com pintura eletrostatica contendo 1 (uma) lampada de 254NM e 1(uma) Lampada 365NM Bivolt -Câmara Externa: Construído em aço 1020 com pintura eletrostática anticorrosiva na cor AZUL; -Lâmpadas: 1 lâmpada germicida 254nm e 1 lâmpada UV 365nm; -Visor: Flexível com proteção; -Comprimento Onda: 254nm / 365nm; -Potência da Lâmpada: 8 watts; * Potencia do Equipamento: 15 watts; -Alimentação: 110/220V (Com Chave Seletora); -Dimensões externa: 330 x 270 x 180 mm; -Dimensões interna: 327 x 267 x 170 mm; - Peso: 5 kg;	1	Unid
2	caixa com 200 unidades. Método cromogênico/fluorogênico para detecção e quantificação de coliformes totais e Escherichia coli em amostras de água. Reagente pronto para uso, validade conforme lote do fabricante, acondicionado em embalagem original lacrada.	1	CAIXA
3	Frasco para amostra esterilizado, capacidade 120 mL, contendo tiosulfato de sódio como neutralizante de cloro. Embalagem (caixa) com 200 unidades. Indicado para coleta de amostras de água para análises microbiológicas. Frascos de uso único, tampa rosqueada, lacrados e autoclaváveis.	2	CAIXA
4	Solução padrão de turbidez,, valor nominal 200 NTU. Fornecida em frasco lacrado, certificada para calibração e verificação de turbidímetros. Produto com rastreabilidade metrológica.	1	Unid.
5	Solução padrão de turbidez, valor nominal 20 NTU. Fornecida em frasco hermético, utilizada em calibração de equipamentos de turbidez. Produto certificado, rastreável e pronto para uso.	1	Unid.
6	Solução padrão de turbidez, valor nominal 0 NTU (água de calibração). Fornecida em frasco selado, utilizada para calibração em zero de turbidímetros. Produto certificado, com rastreabilidade metrológica.	1	Unid.
7	Solução para calibração de turbidez, valor nominal 0 NTU. Fornecida em frasco selado, utilizada para ajuste e	2	Unid.



	calibração do turbidímetro TU430.		
8	Solução para calibração de turbidez , valor nominal 800 NTU. Fornecida em frasco lacrado, indicada para calibração de ponto alto no turbidímetro TU430. Produto certificado e rastreável.	1	Unid.
9	Reagente líquido para determinação de cloro livre, capacidade para aproximadamente 300 testes. Produto fornecido em frasco hermético, pronto para uso, validade conforme especificação do fabricante.	1	Unid.
10	Kit padrões de verificação Conjunto fornecido pelo fabricante, utilizado para controle de qualidade e verificação periódica da calibração. Produto original, embalado e certificado.	1	Unid.
11	Cubeta de vidro/quartzo de 10 mL para turbidímetro versão 2. Acessório oficial, fornecido pelo fabricante, com alta transparência e precisão óptica, indicada para leituras de turbidez em baixa e alta faixa.	1	Unid.
12	Medidor de cloro livre e total, modelo Cloro Tester. Equipamento portátil, de leitura direta, com display digital, alimentado por bateria. Fornecido com manual, estojo de transporte e reagentes de calibração.	1	Unid.
13	Kit padrões de verificação para cloro, modelo pH Max, referência. Fornecido pelo fabricante para testes de precisão e ajuste de equipamentos de medição de cloro e pH. Produto certificado e rastreável.	1	Unid.
14	Solução de calibração para turbidímetro, valor nominal 20 NTU. Produto lacrado, pronto para uso, indicado para calibração de faixa intermediária do equipamento.	1	unid
15	Conjunto de soluções tampão para calibração de pH, contendo padrões pH 4, pH 7 e solução de KCl. Fornecido em frascos separados, prontos para uso, certificados e rastreáveis, utilizados em aferição e calibração de pHmetros.	2	unid
16	Turbidímetro digital, Turbidez Max. Equipamento portátil, com display digital, faixa de medição ampla, precisão certificada. Alimentação por bateria ou adaptador, fornecido com manual e estojo de transporte.	1	unid
17	Medidor de cor portátil. Equipamento digital para determinação de cor em amostras de água. Portátil, com display digital, bateria recarregável, acompanha kit de calibração e manual técnico.	1	Unid



18	Maçarico portátil a gás automático. Equipamento leve e compacto, utilizado para geração de chama em alta temperatura, adequado para pequenas soldagens, aquecimento localizado e aplicações laboratoriais. Possui acendimento automático por sistema piezoelétrico, regulação de intensidade da chama e dispositivo de segurança contra vazamentos. Alimentação por cartucho de gás butano (não incluso). Corpo fabricado em material metálico resistente, com empunhadura ergonômica e sistema de trava para uso contínuo. Temperatura aproximada da chama de até 1.300 °C, com consumo médio de gás de 80 a 100 g/h.	2	Unid
----	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---	------

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATANTE:

2.1 – Receber os equipamentos e insumos laboratoriais no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

2.2 – Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos materiais entregues com as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência e da proposta aceita, realizando o recebimento provisório e definitivo, conforme legislação aplicável.

2.3 – Comunicar formalmente à contratada eventuais irregularidades, falhas ou defeitos constatados nos itens fornecidos, determinando sua substituição, reparo ou correção, sem ônus adicional para a Administração.

2.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por meio de servidores ou comissão designada, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

2.5 – Efetuar o pagamento devido à contratada no prazo e na forma estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato, respeitada a ordem cronológica de pagamentos da Administração.

2.6 – Rejeitar, total ou parcialmente, os itens entregues que não estejam em conformidade com as especificações estabelecidas, com prazo de validade insuficiente ou em desacordo com as condições contratuais.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA:

3.1 – Efetuar a entrega dos equipamentos e insumos laboratoriais em perfeitas condições, dentro do prazo e no local estabelecidos pela Administração, devidamente acompanhados da respectiva nota fiscal contendo marca, fabricante, modelo, lote, data de fabricação e prazo de validade, quando aplicável.

3.2 – Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, conformidade técnica e segurança dos itens fornecidos, respondendo por eventuais vícios, defeitos ou danos decorrentes do uso inadequado do material entregue, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e da Lei nº 14.133/2021.

3.3 – Substituir, corrigir ou reparar, às suas expensas e dentro do prazo fixado pela Administração, os itens que apresentarem defeitos, falhas, validade vencida ou qualquer irregularidade constatada durante o período de garantia.

3.4 – Comunicar formalmente à AMAE, com antecedência mínima de **48 (quarenta e oito) horas**, quaisquer fatos que possam impedir o cumprimento do prazo ou das condições contratuais.

3.5 – Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

3.6 – Garantir que os produtos fornecidos estejam devidamente embalados e acondicionados, de forma a preservar sua integridade e validade até a utilização.

3.7 – Executar a entrega e demais obrigações contratuais com zelo, pontualidade, responsabilidade e observância rigorosa das normas técnicas e sanitárias aplicáveis ao fornecimento de insumos laboratoriais.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

4.1 O recebimento e a aceitação obedecerão ao disposto no art. 140 da Lei n. 14.133/2021.

4.2 Caso o CONTRATANTE constate que o objeto foi executado em desacordo com o contrato, fora de especificação ou incompleto, a **CONTRATADA** será formalmente notificada, sendo interrompidos os prazos de recebimento, e os pagamentos suspensos, até que a situação seja sanada.

4.3 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil da **CONTRATADA** pela solidez e segurança do objeto executado, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

4.4 O objeto será recebido provisoriamente pela fiscalização do contrato, no prazo de 3 (três dias), mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

4.4.1 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, no termo de referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

4.5.1 A **CONTRATADA** fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, no prazo de 2 (dois) dias.

4.5.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações; e

4.5.3 Comunicar a **CONTRATADA** para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

4.6 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela **CONTRATADA**, de inconsistências verificadas na execução do objeto.

4.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

5.1 – A gestão e fiscalização do contrato serão realizadas em conformidade com o art. 117, §1º da Lei nº 14.133 de 2021 e Decreto Municipal nº 5.022 de 2024.

5.2 – Cabe ao Gestor do contrato a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

5.3 – Cabe ao Fiscal Técnico o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela Administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;

5.4 – Cabe ao Fiscal Administrativo o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento;

5.5 – As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercido por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, de acordo com a complexidade da contratação, assegurada a distinção das atividades.

5.6 – A distinção das atividades de que trata o parágrafo 1º não poderá comprometer o desempenho das ações relacionadas à gestão do contrato.

5.7 – Os Gestores e Fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, na forma art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021 e do art. 29 do Decreto Municipal nº 5.022 de 2024, devendo a Administração instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

INDICAÇÕES:

FUNÇÃO	TITULAR	MATRÍCULA
GESTOR	Cristiano da Silva Pinheiro	244
FISCAL TÉCNICO	Vitor Tadeu Garcia Pinto	260
FISCAL TÉCNICO SUBSTITUTO	Gilceir de Andrade	044
FISCAL ADMINISTRATIVO	Ricardo Goulart Silva	028
FISCAL ADMINISTRATIVO SUBSTITUTO	Luciano da Silva Silvério	304

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

6.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo fornecedor, de acordo com o disposto neste Termo de Referência, nas cláusulas contratuais e nos termos de sua proposta;

6.2 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;

6.3 - Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.4 - Notificar o Contratado, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas, vícios, defeitos ou incorreções verificadas quanto ao objeto ou constatadas no curso da execução dos serviços, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

6.5 - Acompanhar e fiscalizar a execução do pacto e o cumprimento das obrigações pelo fornecedor;

6.6 - Efetuar o pagamento ao fornecedor do valor correspondente ao objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos;

6.7 - Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber.

6.8 - Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

6.8.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

6.8.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

6.8.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e,

6.8.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

6.9 - Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

6.10 - Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

6.11 - Arquivar, entre outros documentos, projetos, "*as built*", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

6.12 - Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.13 - Aplicar ao fornecedor as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato ou instrumento equivalente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA :

7.1 – Prazo e Prorrogação (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XVII)

7.1.1 – O contrato deverá ter prazo iniciado após a homologação do processo e com duração de até 12 (doze) meses.

7.1.2 – A prorrogação não se aplica a esta contratação.

7.2 – Prazo para Assinatura (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XVIII)

7.2.1 – O contrato a ser firmado com a licitante vencedora incluirá as condições estabelecidas em instrumento convocatório e seus anexos, necessárias à fiel execução do objeto desta licitação.

7.2.2. Homologado o resultado do processo, o fornecedor será convocado para assinar o contrato, conforme preconiza o art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021, no prazo de 02 (dois) dias úteis, na sede do AMAE.

7.2.3. A recusa em assinar o contrato, no prazo estabelecido no item anterior, caracterizará o descumprimento integral da obrigação assumida, sujeitando-se às sanções previstas neste edital, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2.4. Na hipótese acima, à licitante decairá do direito à contratação, reservando-se o Promitente Comprador o direito de convocar a segunda classificada, e assim sucessivamente, para negociações, observado o disposto no Art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.3 – Requisitos da Contratação (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XIX)

7.3.1 – Os requisitos da Contratação foram apresentados particularizado por item no item **1.2** do Termos de Referência, anexo I desde contrato.

7.4 - Reajuste

7.4.1 - Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

7.4.2 - Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA-E e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4.4 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica, assim, a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.4.5 - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.4.6 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.4.7 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.5 – Garantia Contratual

7.5.1 - Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

7.6.– Subcontratação

7.6.1 - Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

8.1 - A aquisição será paga mediante a apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2 - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da execução dos serviços.

8.3 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.4 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.5 - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.6 – Da Liquidação:

8.6.1 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.6.2 - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.6.3 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.7 Do Prazo de Pagamento

8.7.1 - O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco.) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.7.2 - No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

No caso

8.8 Da Forma de Pagamento

8.8.1 - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.8.2 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.8.3 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.8.4 - O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA NONA – DO VALOR DO CONTRATO

9.1 O valor total contratado será de **R\$ XXXXXX (XXXXXXX)**.

9.2 O pagamento será realizado após confirmada a entrega, mediante a apresentação de nota fiscal ou instrumento equivalente de cobrança, devidamente protocolada no setor próprio desta Autarquia.

9.3 Os valores estabelecidos na cláusula 9.1 incluem todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais previstos na legislação em vigor, incidentes direta ou indiretamente, bem como as despesas de quaisquer naturezas decorrentes da execução do contrato, sendo os valores fixos e irredutíveis.

9.4 O CONTRATANTE poderá promover alterações contratuais, observadas as limitações constantes na Lei n. 14.133/2021, arts. 125 e 126.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da AMAE de Cachoeiras de Macacu/RJ, sendo atendida pela seguinte dotação:

ÓRGÃO	UNIDADE	RÚBRICA	FONTE	ORIGEM DA FONTE
30	30.33	3.3.90.30.00.00.00.00	1.759.0000	Recursos Vinculados a fundos
30	30.33	3.3.90.30.00.00.00.00	2.759.0000	Recursos Vinculados a fundos

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

11.1 Não se aplica a esta contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

12.1 No caso de eventual atraso no pagamento e, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, poderá haver incidência de atualização monetária, sobre o valor devido, pro rata temporis, ocorrida entre a data limite estipulada para pagamento e a da efetiva realização.

12.1.1 Para esse fim, será utilizada a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

12.2 O mesmo critério de correção será adotado em relação à devolução dos valores recebidos indevidamente pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

13.1 Em caso de descumprimento às regras deste contrato, e observado o regular processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei, poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** as seguintes penalidades:

13.1.1 advertência, aplicada em caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.1.2 multa moratória:

a) de 1,3% (um inteiro e três décimos por cento), ao dia, limitado a 20 (vinte) dias corridos, calculada sobre o valor anual da contratação, no caso de atraso injustificado do fornecimento da senha de acesso à plataforma.



b) no percentual de 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, limitado a 8 (oito) dias corridos, calculada sobre o valor anual da contratação, no caso de interrupção do serviço, sem justificativa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**.

c) no percentual de 1,0% (um por cento), ao dia, limitado a 8 (oito) dias corridos, calculada sobre o valor anual da contratação, no caso de reincidência do descumprimento descrito na alínea b deste item.

c.1) Considera-se reincidência a interrupção de que trata a alínea "b" deste item, por mais de uma vez, em período igual ou inferior a 30 (trinta) dias.

d) 0,1% (um décimo por cento) a hora/dia/ocorrência, limitado a 3,0% (três por cento), sobre o valor anual da contratação, no descumprimento de quaisquer obrigações contratuais previstas na execução do objeto, e não arroladas nos itens acima.

13.1.3 multa compensatória, no valor de:

a) 10% (dez por cento) sobre o valor anual da contratação, aplicada em caso de inexecução parcial do contrato.

b) 30% (trinta por cento) sobre o valor anual da contratação, aplicada em caso de inexecução total do contrato.

13.1.4 impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, aplicada em razão das seguintes ocorrências:

a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado: Pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 04 (quatro) meses;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 12 (doze) meses;

c) dar causa à inexecução total do contrato: Pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 12 (doze) meses.

13.1.4.1 A penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ não poderá ser aplicada cumulativamente com a declaração de inidoneidade.

13.1.4.2 A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada pela autoridade máxima do **CONTRATANTE**.

13.2 As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente a sanção de multa.

13.3 A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**.

13.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.4.1 O valor referente à multa poderá, antes dos procedimentos descritos no item acima, ser recolhido ao Tesouro Municipal por meio Guia de Recolhimento do Município, nos termos do §8º do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

13.4.2 O atraso no recolhimento de multas será corrigido monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

13.5 É admitida a reabilitação **CONTRATADA** perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, observados os requisitos constantes no artigo 163 da Lei 14.133/2021, em especial:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.6 A sanção por prestar declaração falsa durante a execução do contrato e a sanção por praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá como condição de reabilitação da **CONTRATADA**, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.7 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do

mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.8 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste contrato será realizada mediante instauração de procedimento administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, cujos prazos para realização dos atos serão os previstos nos arts. 157, 158 e 159 da Lei 14.133/2021.

13.9 Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para o contratante, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.10 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/2021.

13.11 A aplicação da multa não obsta a apuração e cobrança de eventuais perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

13.12 As penalidades de multa moratória e multa compensatória não serão cumuladas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

14.1 Este contrato poderá ser extinto a juízo do **CONTRATANTE**, com base nos arts. 106, inciso III e 137 a 139, da Lei 14.133/2021, especialmente quando entender que a **CONTRATADA** não está cumprindo de forma satisfatória as avenças estabelecidas, independentemente da aplicação das penalidades estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1 Em conformidade com o disposto na Lei n. 14.133/2021, art. 94, o contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo 20 dias úteis, contados da sua assinatura.

15.2 O contrato também será publicado, na íntegra, e respeitadas as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados, na Transparência Pública do CJF.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS ANEXOS

16.1 - Integra este contrato, como anexo, a cópia do Termo de Referência, das quais os signatários declaram ciência.

16.2 - No caso de conflito prevalecem às disposições constantes deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1 Para dirimir quaisquer conflitos oriundos deste contrato, é competente o foro do Juízo da Comarca de Cachoeiras de Macacu/RJ, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, no que se refere a qualquer ação ou medida judicial originada ou referente ao instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 As partes contratantes ficarão exoneradas do cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, quando ocorrerem motivos de força maior ou caso fortuito, assim definidos no parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

18.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei n. 14.133/2021, bem como dos princípios de direito público.

18.3 O **CONTRATANTE** não realizará operação de crédito garantida por cessão fiduciária dos direitos de créditos nem de outros tipos de cessão decorrentes deste contrato.

18.4 A **CONTRATADA** assumirá, de forma exclusiva, todas as dívidas que venha a contrair com vistas ao cumprimento das obrigações oriundas deste contrato, ficando certo, desde já, que o **CONTRATANTE** não será responsável solidário.

18.5 A documentação necessária para pagamento, pedido de prorrogação de prazo, recursos, defesa prévia e outros inerentes à contratação deverão ser protocoladas no setor próprio da AMAE-CM, situado na Rua Santo Antônio, nº 49 – Centro – Cachoeiras de Macacu/RJ

18.6 Os dados pessoais tornados públicos por este contrato deverão ser resguardados pelas partes, observados os princípios de proteção de dados previstos no art. 6º da Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) durante toda a execução contratual.

18.6.1 O tratamento de dados pessoais deverá se limitar ao necessário para a realização de suas finalidades, sendo observados:

- a) a compatibilidade com a finalidade especificada;
- b) o interesse público;
- c) a regra de competência administrativa aplicável à situação concreta. E por estarem assim de pleno acordo, assinam as partes este instrumento, na forma eletrônica, para todos os fins de direito.

Cachoeiras de Macacu/RJ, XX de XXXX de 2026.

FÁBIO MARINELLI PONTES
Presidente da AMAE-CM



PREFEITURA DE
**Cachoeiras
de Macacu**

SEGOV
Secretaria Municipal de
Governo e Casa Civil
Departamento de Compras Governamentais

AMAE-CM FLS: _____
PROCESSO Nº 5770 /_2025

rubrica matricula

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
EMPRESA CONTRATADA
CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS:

Nome:

Endereço:

RG:

CPF :

Nome:

Endereço:

RG:

CPF



CONTRATO Nº XXX/2026
ANEXO I – AO CONTRATO
TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5770/2025

ÓRGÃO REQUISITANTE: AMAE

2. DO OBJETO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso I)

1.1 – A presente contratação tem por objeto a **aquisição de equipamentos e insumos laboratoriais**, conforme especificações detalhadas neste Termo de Referência, destinados ao uso diário no laboratório da AMAE-CM, visando garantir a continuidade das análises técnicas e a eficiência operacional da Autarquia.

1.2 – Especificação do Objeto:

1.2.1 – Os equipamentos e insumos deverão ser **novos, de primeira linha, devidamente padronizados** e atender às normas técnicas aplicáveis, assegurando qualidade, precisão e durabilidade.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANT	UNID
1	Camara escura em gabinete com pintura eletrostatica contendo 1 (uma) lampada de 254NM e 1(uma) Lampada 365NM Biltot -Câmara Externa: Construído em aço 1020 com pintura eletrostática anticorrosiva na cor AZUL; -Lâmpadas: 1 lâmpada germicida 254nm e 1 lâmpada UV 365nm; -Visor: Flexível com proteção; -Comprimento Onda: 254nm / 365nm; -Potência da Lâmpada: 8 watts; * Potencia do Equipamento: 15 watts; -Alimentação: 110/220V (Com Chave Seletora); -Dimensões externa: 330 x 270 x 180 mm; -Dimensões interna: 327 x 267 x 170 mm; - Peso: 5 kg;	1	Unid
2	caixa com 200 unidades. Método cromogênico/fluorogênico para detecção e quantificação de coliformes totais e Escherichia coli em amostras de água. Reagente pronto para uso, validade conforme lote	1	CAIXA



	do fabricante, acondicionado em embalagem original lacrada.		
3	Frasco para amostra esterilizado, capacidade 120 mL, contendo tiossulfato de sódio como neutralizante de cloro. Embalagem (caixa) com 200 unidades. Indicado para coleta de amostras de água para análises microbiológicas. Frascos de uso único, tampa rosqueada, lacrados e autoclaváveis.	2	CAIXA
4	Solução padrão de turbidez,, valor nominal 200 NTU. Fornecida em frasco lacrado, certificada para calibração e verificação de turbidímetros. Produto com rastreabilidade metrológica.	1	Unid.
5	Solução padrão de turbidez, valor nominal 20 NTU. Fornecida em frasco hermético, utilizada em calibração de equipamentos de turbidez. Produto certificado, rastreável e pronto para uso.	1	Unid.
6	Solução padrão de turbidez, valor nominal 0 NTU (água de calibração). Fornecida em frasco selado, utilizada para calibração em zero de turbidímetros. Produto certificado, com rastreabilidade metrológica.	1	Unid.
7	Solução para calibração de turbidez, valor nominal 0 NTU. Fornecida em frasco selado, utilizada para ajuste e calibração do turbidímetro TU430.	2	Unid.
8	Solução para calibração de turbidez , valor nominal 800 NTU. Fornecida em frasco lacrado, indicada para calibração de ponto alto no turbidímetro TU430. Produto certificado e rastreável.	1	Unid.
9	Reagente líquido para determinação de cloro livre, capacidade para aproximadamente 300 testes. Produto fornecido em frasco hermético, pronto para uso, validade conforme especificação do fabricante.	1	Unid.
10	Kit padrões de verificação Conjunto fornecido pelo fabricante, utilizado para controle de qualidade e verificação periódica da calibração. Produto original, embalado e certificado.	1	Unid.
11	Cubeta de vidro/quartzo de 10 mL para turbidímetro versão 2. Acessório oficial, fornecido pelo fabricante, com alta transparência e precisão óptica, indicada para leituras de turbidez em baixa e alta faixa.	1	Unid.
12	Medidor de cloro livre e total, modelo Cloro Tester. Equipamento portátil, de leitura direta, com display	1	Unid.



	digital, alimentado por bateria. Fornecido com manual, estojo de transporte e reagentes de calibração.		
13	Kit padrões de verificação para cloro, modelo pH Max, referência. Fornecido pelo fabricante para testes de precisão e ajuste de equipamentos de medição de cloro e pH. Produto certificado e rastreável.	1	Unid.
14	Solução de calibração para turbidímetro, valor nominal 20 NTU. Produto lacrado, pronto para uso, indicado para calibração de faixa intermediária do equipamento.	1	unid
15	Conjunto de soluções tampão para calibração de pH, contendo padrões pH 4, pH 7 e solução de KCl. Fornecido em frascos separados, prontos para uso, certificados e rastreáveis, utilizados em aferição e calibração de pHmetros.	2	unid
16	Turbidímetro digital, Turbidez Max. Equipamento portátil, com display digital, faixa de medição ampla, precisão certificada. Alimentação por bateria ou adaptador, fornecido com manual e estojo de transporte.	1	unid
17	Medidor de cor portátil. Equipamento digital para determinação de cor em amostras de água. Portátil, com display digital, bateria recarregável, acompanha kit de calibração e manual técnico.	1	Unid
18	Maçarico portátil a gás automático. Equipamento leve e compacto, utilizado para geração de chama em alta temperatura, adequado para pequenas soldagens, aquecimento localizado e aplicações laboratoriais. Possui acendimento automático por sistema piezoelétrico, regulagem de intensidade da chama e dispositivo de segurança contra vazamentos. Alimentação por cartucho de gás butano (não incluso). Corpo fabricado em material metálico resistente, com empunhadura ergonômica e sistema de trava para uso contínuo. Temperatura aproximada da chama de até 1.300 °C, com consumo médio de gás de 80 a 100 g/h.	2	Unid

1.3 – Requisitos de Contratação:

1.3.1. Os materiais deverão atender às condições de qualidade e segurança compatíveis com atividades laboratoriais, assegurando confiabilidade nos resultados e proteção dos usuários;

1.3.2. O fornecedor deverá assegurar **garantia mínima de 12 (doze) meses** contra defeitos de fabricação, funcionamento e desempenho;

1.3.3. Deverá ser assegurado suporte técnico durante o período de garantia, com canal de atendimento ativo para eventuais trocas ou reparos;

1.3.4. Sempre que possível, o fornecedor deverá adotar práticas de sustentabilidade, incluindo **logística reversa** para itens de descarte controlado, em conformidade com a legislação ambiental.

2. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO: (Lei nº 14.133/2021 – Art. 6º, XIII; Decreto Municipal nº 5.045/2024 – Art. 14, II)

2.1 – De acordo com o art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, o objeto desta contratação trata-se de **bens de uso comum**, uma vez que seu padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido por meio de especificações usuais de mercado.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso II)

3.1 – A aquisição de equipamentos e insumos laboratoriais é essencial para garantir o pleno funcionamento do laboratório da AMAE-CM, assegurando condições técnicas adequadas para a realização de análises de rotina, bem como a confiabilidade dos resultados produzidos.

3.2 – O uso diário e contínuo desses materiais provoca desgaste natural e necessidade de reposição periódica, sendo imprescindível a contratação para evitar a interrupção das atividades laboratoriais e assegurar a continuidade dos serviços de interesse público prestados pela Autarquia.

3.3 – Ressalta-se que a insuficiência ou indisponibilidade de insumos e equipamentos laboratoriais pode acarretar:

- Paralisação parcial ou total das análises;
- Comprometimento da qualidade e confiabilidade dos resultados;
- Risco de atrasos em serviços essenciais à população;
- Prejuízos à eficiência operacional e administrativa da AMAE.

3.4 – Dessa forma, a contratação ora proposta encontra-se alinhada ao **princípio da continuidade do serviço público**, além de observar os princípios da **eficiência, economicidade e interesse público**, previstos na Lei nº 14.133/2021.

4. DAS JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso IV)

4.1 - As licitações de compras e serviços, em regra, deverão ser divididas em tantas parcelas quanto se comprove ser técnica e economicamente viáveis, procedendo a licitação com objetivo de melhor aproveitamento dos recursos, ampliando a competitividade, uma vez que propicia a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto possam fazê-lo com relação a itens, e sem perda de economia. Dessa forma, esta contratação deverá ser licitada por itens.

6. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso V)

5.1 - Não é admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso VI)

6.1 – A solução proposta contempla todas as etapas do ciclo de vida do objeto, desde a aquisição até o descarte final, incluindo os seguintes aspectos:

6.1.1 Aquisição e Entrega

6.1.1.1 – Os equipamentos e insumos laboratoriais deverão ser adquiridos **novos, de primeira linha**, com prazo de validade vigente (quando aplicável) e em conformidade com normas regulamentadoras e técnicas específicas do setor.

6.1.1.2 – Os itens deverão ser entregues no endereço indicado pela AMAE-CM, no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos** após a assinatura do contrato, salvo prorrogação justificada e autorizada pela Administração.

6.1.1.3 – Todos os itens entregues deverão estar devidamente acondicionados e embalados de forma a preservar sua integridade, considerando as condições de armazenamento em ambiente laboratorial.

6.1.2 Especificações Técnicas

6.1.2.1 – Os produtos deverão atender a padrões de **qualidade, segurança e precisão**, adequados às atividades laboratoriais da Autarquia.

6.1.3 Utilização e Adequação

6.1.3.1 – Quando aplicável, o fornecedor deverá disponibilizar **manuals de uso, certificados de conformidade e fichas técnicas** dos materiais entregues.

6.1.4 Garantia, Manutenção e Reposição

6.1.4.1 – O fornecedor deverá assegurar **garantia mínima de 12 (doze) meses** contra defeitos de fabricação, funcionamento ou desempenho dos equipamentos.

6.1.4.2 – Durante o prazo de garantia, a contratada ficará obrigada a realizar, às suas expensas, reparo, troca ou reposição imediata de itens defeituosos.

6.1.4.3 – Para insumos com prazo de validade, será vedado o fornecimento de produtos com validade inferior a **12 (doze) meses** da data de entrega.

6.1.5 Descarte e Sustentabilidade

6.1.5.1 – O ciclo de vida dos materiais se encerra com o descarte, que deverá observar as **boas práticas ambientais e sanitárias**.

6.1.5.2 – Sempre que possível, o fornecedor deverá viabilizar a **logística reversa** dos itens de descarte controlado (vidrarias quebradas, reagentes químicos vencidos, embalagens contaminadas), conforme legislação ambiental vigente.

6.1.6 Rastreabilidade e Controle

6.1.6.1 – Todos os itens entregues deverão ser acompanhados de **nota fiscal e relatório técnico**, contendo: nome do produto, fabricante, lote, data de fabricação e validade (quando aplicável), garantindo rastreabilidade e controle de qualidade.

7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso VII)

7.1 – O fornecimento dos equipamentos e insumos laboratoriais deverá ser realizado em conformidade com a programação estabelecida pela equipe responsável pela gestão e fiscalização do contrato.

7.2 – Entrega dos materiais:

7.2.1 – Os itens deverão ser entregues em sua totalidade na sede da AMAE-CM, no endereço Rua Santo Antônio nº 49 bairro Santo Antônio, devidamente embalados e acondicionados, de forma a garantir sua integridade e validade até a utilização.

7.2.2 – O prazo para entrega será de até **30 (trinta) dias corridos** contados da assinatura do contrato.

7.2.3 – A entrega será realizada integralmente, em lote único, abrangendo todos os itens adjudicados ao fornecedor, não sendo admitido o fracionamento do fornecimento.

7.3 – Recebimento provisório e definitivo:

7.3.1 – O recebimento provisório dos materiais ocorrerá em até **5 (cinco) dias úteis** após a entrega, mediante conferência física, documental e técnica pelos fiscais designados.

7.3.2 – O recebimento definitivo dar-se-á em até **5 (cinco) dias úteis** após o recebimento provisório, condicionado à verificação da conformidade dos materiais com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta vencedora.

7.3.3 – Caso sejam identificados vícios, defeitos ou desconformidades nos produtos, a contratada será notificada para providenciar a substituição ou correção no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

7.4 – Rejeição dos materiais:

7.4.1 – Os materiais poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, quando não atenderem às condições estabelecidas neste Termo de Referência ou apresentarem prazo de validade reduzido, danos físicos ou embalagem inadequada.

7.4.2 – A rejeição implicará a obrigação da contratada de efetuar a substituição imediata, sem custos adicionais para a Administração.

7.5 – Responsabilidade do fornecedor:

7.5.1 – A contratada será responsável pela integridade, qualidade e adequação técnica dos equipamentos e insumos entregues, respondendo por eventuais vícios ocultos, falhas ou irregularidades verificadas durante a execução contratual.

7.5.2 – Durante todo o período de garantia, caberá à contratada providenciar reparo, troca ou reposição dos itens defeituosos, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

8. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso VIII)

8.1 – Os equipamentos laboratoriais deverão possuir garantia mínima conforme a exigência do fabricante, nos termos do art. 92, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, devendo essa informação constar expressamente do contrato e dos documentos de aquisição.

8.2 – Todos os insumos laboratoriais deverão possuir prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses a contar da data de entrega, salvo quando, pela natureza do produto, esse prazo for tecnicamente inferior. Nesses casos, deverá constar justificativa técnica e anuência da Administração.

8.3 – Durante o período de garantia, a contratada ficará obrigada a realizar, às suas expensas, a substituição imediata de itens defeituosos, vencidos ou que apresentem desconformidade técnica, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

8.4 – Caso haja necessidade de manutenção corretiva ou substituição de equipamentos dentro do prazo de garantia, a contratada deverá providenciar a solução em até **10 (dez) dias corridos** após notificação da AMAE, sob pena de aplicação das sanções previstas nos arts. 156 a 162 da Lei nº 14.133/2021.

8.5 – O prazo de garantia não se confunde com a garantia contratual prevista nos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021, a qual poderá ser dispensada pela Administração, em observância ao princípio da economicidade e à natureza do objeto.

8.6 – A contratada deverá assegurar **suporte técnico adequado** para esclarecimentos, orientações e acionamento da garantia, por meio de canais de atendimento (telefone, e-mail, site ou posto autorizado).

9. DO VALOR MÁXIMO ESTIMADO UNITÁRIO E GLOBAL DA CONTRATAÇÃO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso IX)

9.1 – O valor máximo estimado desta contratação será definido a partir de **cotação mercadológica**, devidamente registrada em **quadro comparativo de preços**, elaborado pela equipe de pesquisa, conforme determina o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

9.2 – O resultado da pesquisa de preços será juntado aos autos em documento próprio, contendo os valores unitários e globais obtidos junto a fornecedores do ramo, devidamente assinado pelos responsáveis.

9.3 – O **valor estimado da contratação** corresponderá à **mediana** dos preços apurados, servindo como limite máximo aceitável para a celebração do contrato, em observância ao princípio da economicidade e à busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

10. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XI)

10.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da AMAE de Cachoeiras de Macacu/RJ, sendo atendida pela seguinte dotação:

ÓRG	UNID	RÚBRICA	FONTE	ORIGEM DA FONTE
-----	------	---------	-------	-----------------

ÃO	ADE			
30	30.33	3.3.90.30.00.00.00.00	1.759.0000	Recursos Vinculados a fundos
30	30.33	3.3.90.30.00.00.00.00	2.759.0000	Recursos Vinculados a fundos

10.2 Para esta atividade verificou-se, inclusive, a inovação legislativa advinda do preceito do art. 66 da Lei 14.133/21, segundo o qual os documentos alusivos à habilitação jurídica, limitando-se “a comprovação de existência jurídica da pessoa”

“Art. 66 – a habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa, e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.”

10.2.1 – As atividades desempenhadas pelas empresas licitantes, entretanto, devem guardar uma relação de **pertinência** com o objeto da licitação, sem que isso signifique, necessariamente, uma correspondência literal entre o objeto social e o objeto descrito no edital.

10.2.2 – Não será admitido a participação de empresas atuantes em ramos **completamente impertinentes**, ou cuja natureza jurídica seja **incompatível** com a prestação dos serviços ou fornecimento de bens previstos neste T.R.

12. DA RESERVA DE COTA OU EXCLUSIVIDADE (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XII)

11.1 – Em razão do previsto no Artigo 4º da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Complementar nº 123/2006 em seu art. 47, que dispõe do tratamento diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, esse procedimento deverá ser realizado exclusivamente para estas empresas, conforme prevê o art. 48 da mesma Lei. Observando os casos de exceções no art. 49 do mesmo ordenamento.

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no Art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I – Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresa e empresa de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais):

11.2 - Informamos que devemos aplicar nesta contratação a Lei Complementar nº 147/2014, que criou o tratamento e favorecido às MEI's, ME's e EPP's, aplicando-se os benefícios preferencialmente em âmbito regional para a promoção do desenvolvimento econômico e social regional, conforme previsão legal do Artigo 47, com a devida comprovação de no mínimo 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como Microempreendedor Individual, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sediados localmente em fase interna. Sendo assim em epígrafe será **EXCLUSIVO PARA MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS NO ÂMBITO LOCAL OU REGIONAL**, conforme disposto no Artigo 23, Inciso I da Lei Municipal nº 1.795 de 11 de dezembro de 2009.

“Art. 23 – Nas contratações de bens e serviços pela Administração Pública Municipal deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para os empreendedores individuais, as microempresas e as empresas de pequeno porte objetivando:

I – a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional;”

12. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XIII)

12.1 – A Lei nº 14.133/21, em seu art. 75, inciso II, estabelece ser dispensa de licitação para a contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras (Vide Decreto nº 12.343, de 2024) Em Vigência;

Dessa forma, a contratação do objeto será realizada.

“ Atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 75, caput, inciso II

R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos)”

12.2 – Critério e Julgamento:

12.2.1 – Considerando a necessidade de aquisição para atendimento às demandas da administração pública, optou-se pelo critério de julgamento por item, tendo em vista que essa forma de contratação se revela mais vantajosa para a Administração, conforme fundamentado a seguir.

12.2.2 - Portanto, a contratação por item garante melhor planejamento logístico, melhor gestão contratual e atendimento mais célere às necessidades administrativas, sendo, assim, a forma que melhor atende ao interesse público e aos princípios da eficiência, economicidade e razoabilidade, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

13. DAS PROPOSTAS:

13.1 – Prazo de validade: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XIV)

13.1.1 - As propostas apresentadas deverão ser válidas por, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

13.2 – Condições da Proposta

13.2.1 - As empresas interessadas deverão encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, devendo conter a descrição do objeto ofertado e preço ofertado, com as características mínimas e quantidades estipuladas neste Termo de Referência.

13.2.2 - No campo destinado à descrição detalhada do objeto ofertado, a empresa deverá informar os dados complementares e singulares que o caracterizam, quando for o caso, não se admitindo a mera cópia do descritivo indicado no termo de referência, ficando a licitante sujeita a desclassificação.

13.2.3 - Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Termo de Referência.

13.3 – Exigência de Amostra, prova conformidade ou Prova de Conceito

13.3.1 – Não se aplica a este objeto.

14. DOS REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XVI)

14.1 – Considerando que o objeto desta contratação trata-se de **fornecimento de bens comuns**, e que a modalidade adotada é a **dispensa de licitação por valor**, **não será exigido atestado de capacidade técnica** das empresas participantes.

14.2 – Para fins de habilitação, será exigida apenas a documentação mínima prevista na Lei nº 14.133/2021 quanto à **regularidade jurídica, fiscal e trabalhista**, garantindo a capacidade da empresa em assumir obrigações contratuais.

15. DOS REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XVI)

15.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), conforme o caso, expedido pela Secretaria da Receita Federal;

15.2 - Cópia dos documentos pessoais do representante legal da empresa e/ou do responsável pela assinatura do instrumento contratual, neste último caso, acompanhado de instrumento de mandato público ou particular, com poderes específicos para tal ato;

15.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

15.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de certidão emitida pelo órgão competente do estado;

15.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, abrangendo inclusive as Contribuições Sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do Parágrafo único do art. 11 da Lei 8.212/91;

15.6 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

15.7 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CNDT.

16. DO CONTRATO:

16.1 – Prazo e Prorrogação (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XVII)

16.1.1 – O contrato deverá ter prazo iniciado após a homologação do processo e com duração de até 12 (doze) meses.

16.1.2 – A prorrogação não se aplica a esta contratação.

16.2 – Prazo para Assinatura (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XVIII)

16.2.1 – O contrato a ser firmado com a licitante vencedora incluirá as condições estabelecidas em instrumento convocatório e seus anexos, necessárias à fiel execução do objeto desta licitação.

16.2.2. Homologado o resultado do processo, o fornecedor será convocado para assinar o contrato, conforme preconiza o art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, na sede do AMAE.

16.2.3. A recusa em assinar o contrato, no prazo estabelecido no item anterior, caracterizará o descumprimento integral da obrigação assumida, sujeitando-se às sanções previstas neste edital, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2.4. Na hipótese acima, à licitante decairá do direito à contratação, reservando-se o Promitente Comprador o direito de convocar a segunda classificada, e assim sucessivamente, para negociações, observado o disposto no Art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.3 – Requisitos da Contratação (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XIX)

16.3.1 – Os requisitos da Contratação foram apresentados particularizado por item no item 1.2 deste Termo de Referência.

16.4 - Reajuste

16.4.1 – Não se aplica a esta contratação.

16.5 – Garantia Contratual

16.5.1 - Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

16.6.– Subcontratação

16.6.1 - Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

18. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DO CONTRATANTE: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XX)

17.1 – Receber os equipamentos e insumos laboratoriais no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

17.2 – Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos materiais entregues com as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência e da proposta aceita, realizando o recebimento provisório e definitivo, conforme legislação aplicável.

17.3 – Comunicar formalmente à contratada eventuais irregularidades, falhas ou defeitos constatados nos itens fornecidos, determinando sua substituição, reparo ou correção, sem ônus adicional para a Administração.

17.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por meio de servidores ou comissão designada, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

17.5 – Efetuar o pagamento devido à contratada no prazo e na forma estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato, respeitada a ordem cronológica de pagamentos da Administração.

17.6 – Rejeitar, total ou parcialmente, os itens entregues que não estejam em conformidade com as especificações estabelecidas, com prazo de validade insuficiente ou em desacordo com as condições contratuais.

20 – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXI)

18.1 – Efetuar a entrega dos equipamentos e insumos laboratoriais em perfeitas condições, dentro do prazo e no local estabelecidos pela Administração, devidamente acompanhados da respectiva nota fiscal contendo marca, fabricante, modelo, lote, data de fabricação e prazo de validade, quando aplicável.

18.2 – Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, conformidade técnica e segurança dos itens fornecidos, respondendo por eventuais vícios, defeitos ou danos decorrentes do uso inadequado do material entregue, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e da Lei nº 14.133/2021.

18.3 – Substituir, corrigir ou reparar, às suas expensas e dentro do prazo fixado pela Administração, os itens que apresentarem defeitos, falhas, validade vencida ou qualquer irregularidade constatada durante o período de garantia.

18.4 – Comunicar formalmente à AMAE, com antecedência mínima de **48 (quarenta e oito) horas**, quaisquer fatos que possam impedir o cumprimento do prazo ou das condições contratuais.

18.5 – Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

18.6 – Garantir que os produtos fornecidos estejam devidamente embalados e acondicionados, de forma a preservar sua integridade e validade até a utilização.

18.7 – Executar a entrega e demais obrigações contratuais com zelo, pontualidade, responsabilidade e observância rigorosa das normas técnicas e sanitárias aplicáveis ao fornecimento de insumos laboratoriais.

21 – PREVISÃO E PRESTAÇÃO DE GARANTIA CONTRATUAL: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXII)

21.1 - Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

20 – PREVISÃO DAS CONDIÇÕES PARA SUBCONTRATAÇÃO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXIII)

21 - Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

21 - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXIV)

21.1 – A gestão e fiscalização do contrato serão realizadas em conformidade com o art. 117, §1º da Lei nº 14.133 de 2021 e Decreto Municipal nº 5.022 de 2024.

21.2 – Cabe ao Gestor do contrato a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

21.3 – Cabe ao Fiscal Técnico o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela Administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;

21.4 – Cabe ao Fiscal Administrativo o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento;

21.5 – As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercido por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, de acordo com a complexidade da contratação, assegurada a distinção das atividades.

21.6 – A distinção das atividades de que trata o parágrafo 1º não poderá comprometer o desempenho das ações relacionadas à gestão do contrato.

21.7 – Os Gestores e Fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, na forma art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021 e do art. 29 do Decreto Municipal nº 5.022 de 2024, devendo a Administração instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

INDICAÇÕES:

FUNÇÃO	TITULAR	MATRÍCULA
GESTOR	Cristiano da Silva Pinheiro	244
FISCAL TÉCNICO	Vitor Tadeu Garcia Pinto	260
FISCAL TÉCNICO SUBSTITUTO	Gilceir de Andrade	044
FISCAL ADMINISTRATIVO	Ricardo Goulart Silva	028
FISCAL ADMINISTRATIVO SUBSTITUTO	Luciano da Silva Silvério	304

22. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXV)

22.1 - A aquisição será paga mediante a apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

22.2 - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da execução dos serviços.

22.3 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

22.4 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

22.5 - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

22.6 – Da Liquidação:

22.6.1 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

22.6.2 - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- g) o prazo de validade;
- h) a data da emissão;
- i) os dados do contrato e do órgão contratante;
- j) o período respectivo de execução da contrato;
- k) o valor a pagar; e
- l) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

22.6.3 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

22.7 Do Prazo de Pagamento

22.7.1 - O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco.) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

22.7.2 - No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

No caso

22.8 Da Forma de Pagamento

22.8.1 - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

22.8.2 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

22.8.3 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

22.8.4 - O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

24. DA SEGURANÇA DE DADOS:

23.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do contrato administrativo que eventualmente venha a

ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

23.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

23.2.1 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

23.3 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

23.4 - É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

23.5 – A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

23.6 - A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

23.8 - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

23.9 - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXVI)



24.1 - Em caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas na Lei 14.133/21 e demais normas pertinentes, assegurados, nos termos da lei, a ampla defesa e o contraditório.

24.2 - Conforme o disposto nos arts. 156 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, o contratado estará sujeito às seguintes sanções em caso de inadimplemento, descumprimento das obrigações contratuais ou irregularidades na execução do objeto:

- **Advertência;**
- **Multa**, nos percentuais e condições estabelecidos no contrato;
- **Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a administração**, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública**

24.3 - A aplicação das sanções observará o devido processo legal, garantindo ao contratado ampla defesa e contraditório, conforme previsto na legislação vigente.

Cachoeiras de Macacu, 08 de novembro de 2025.

Thailine dos Santos Prommerschenkel
Matrícula 334
Responsável pela elaboração do TR

Fábio Marinelli Pontes
Presidente da AMAE-CM
Portaria nº 0235/2025